



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

BACHARELADO EM HUMANIDADES

CADÊNIO MARCOS CÁ

**RESISTÊNCIA POLÍTICA DA ETNIA PAPEL EM BISSAU CONTRA
DOMINAÇÃO PORTUGUESA NA CAMPANHA DE PACIFICAÇÃO
(1890-1915)**

REDENÇÃO

2019

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES

CADÊNIO MARCOS CÁ

RESISTÊNCIA POLÍTICA DA ETNIA PAPEL EM BISSAU CONTRA
DOMINAÇÃO PORTUGUESA NA CAMPANHA DE PACIFICAÇÃO

(1890-1915)

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Humanidades na Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro
– UNILAB

Orientadora: Prof^a. Dra. Artemisa Odila Cande
Monteiro

REDENÇÃO

2019

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
2. PROBLEMATIZAÇÃO	7
3. JUSTIFICATIVA.....	8
4. OBJETIVO GERAL	10
4.1 Objetivos específicos	10
5. HIPÓTESES	11
6.INTRODUÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
6.1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA GUINÉ-BISSAU: DA CHEGADA DOS PORTUGUESES À OCUPAÇÃO COLONIAL	13
6.1.1 A ocupação colonial efetiva na Guiné Bissau	16
6.2 Etnia Papel: etimologia, origem e configuração social	18
6.3 CAMPANHA DE PACIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA DA ETNIA PAPEL EM BISSAU CONTRA DOMINAÇÃO COLONIAL.....	19
6.4 FRACASSO DA RESISTÊNCIA DA ETNIA PAPEL EM BISSAU E CONSOLIDAÇÃO DA DOMINAÇÃO COLONIAL.....	33
7. METODOLOGIA	35
REFERÊNCIAS	35

RESUMO

Durante a ocupação portuguesa no território que hoje é o atual Guiné-Bissau no século XIX, foram desencadeadas por parte dos portugueses expedições militares denominadas campanhas de pacificação. No cerne destas campanhas assentava-se o desejo dos portugueses em “pacificar” o território da Guiné-Bissau por via de força com vista a instaurar o seu poder colonial para dominar e explorar os povos nativos na qual verificou-se a resistência dos distintos grupos étnicos autóctone face a esta tentativa de dominação colonial. As resistências levadas a cabo pelos grupos étnicos foram feitas de modo singular, ou seja, elas foram feitas territorialmente onde cada etnia protagonizou a sua própria resistência contra a dominação portuguesa defendendo o seu (Chão) território. E uma vez levando em consideração a dimensão temporal, espacial e as especificidades que a campanha de pacificação e o processo de resistência empreendidas pelas etnias apresenta, fizemos um recorte temporal para pesquisar de um modo singular a resistência contra essa dominação colonial levada a cabo pela etnia papel em Bissau entre o período (1890-1915), analisando o processo da resistência dos papéis das aldeias de Bissau.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Resistência. Etnia Papel. Dominação Portuguesa. Campanha de Pacificação.

1. APRESENTAÇÃO

A Guiné-Bissau é um país africano ex-colônia portuguesa que conseguiu a sua independência política por via armada numa luta que durou quase onze anos. De acordo com Augel (2007), a Guiné-Bissau encontra-se situada na costa ocidental da África, compreendendo uma extensão territorial de 36.125 km². Entretanto, apenas 24.800 km² de área é habitável, tendo o restante do território como não utilizável devido as inundações das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas recorrentes. Com uma limitação fronteiriça ao norte com a República do Senegal, e a leste e ao sul com a República da Guiné-Conacri, a autora ainda ressalta que a Guiné-Bissau em toda sua costa ocidental é banhada pelo oceano Atlântico. (Augel, 2007, p.49). Com uma população de 1.548.159 habitantes segundo dados estatísticos de 2009, com uma densidade populacional de 33,22 habitantes por km², Candé Monteiro coloca que “a parte continental do território guineense é formada por oitos regiões administrativas e mais o setor autônomo de Bissau que também é o capital do país” (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p. 224).

Nesse ensejo, os dados de 2009 do Instituto Nacional de Estatística (INE) nos mostra que para além da parte continental, o território da Guiné-Bissau abrange uma parte insular formada pelo Arquipélago de Bijagós que é atravessado por uma densa rede de rios (Cacheu, Geba, Corubal e Tombali), e a sua superfície é muito plana tendo apenas algumas elevações no leste do país, concretamente nas Colinas de Boé, cuja a montanha atinge 300 metros de altitude. Ainda a mesma instituição aponta que a Guiné-Bissau está localizado entre o Equador e o Trópico de Câncer, possuindo um clima tropical com uma temperatura de 27° C, apresentando a fraca amplitude durante o ano segundo a regiões. (INE, 2009, p. 10).

“O clima da Guiné-Bissau é quente e úmido, caracterizado como subguineano, sendo um clima favorável para a prática da agricultura e da pesca, atividades que constituem as principais fontes de subsistência da população da Guiné” (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p. 224). Como a maior parte dos países que compõem o continente africano, a Guiné-Bissau é um país com uma população composta por diferentes grupos étnicos formando um único povo (guineenses). Segundo Moema Augel, apesar da Guiné-Bissau possuir uma pequena extensão de território, nela encontram-se dezenas de grupos e subgrupos étnicos heterogêneos, cada qual possuindo suas culturas próprias e com línguas em grande parte diferentes umas das outras, e ainda ressalta a autora que os grupos étnicos mais numerosos em termos populacionais são os

Balantas com (27%), os Fuals (22%), os Mandingas (12%), os Mandjacos (11%), e os Papel ou Papéis (10%), sendo os restantes constituindo uma minoria. (AUGEL, 2007, p. 76-77).

No entanto, Tchernó Djaló (2013) aponta que uma vez que o povoamento do território da Guiné-Bissau é caracterizado pela presença dos povos que de acordo com a sua origem étnica, cultural e religiosa podem ser divididas em três grupos: um grupo autóctone propriamente dito que seria (grupo I) e outros dois grupos de origem alógena (II e III). O Grupo I seria composto pelos Paleo-Sudaneses do grupo banto que geralmente são animistas; Grupo II os Neo-Sudaneses, semi-bantous islamizados ao longo dos dois ou três últimos séculos; e por último o Grupo III que os Europeugénos¹ da sociedade dita crioula formados por pretos e mestiços nascidos a partir do contato com o colonizador (DJALÓ, 2013, p. 21).

A agricultura constitui a principal base econômica da Guiné-Bissau, que segundo os dados do instituto nacional de pesquisa (INE) de 2009, “ela chega a ocupar 60% do PIB, e o principal produto da exportação é a castanha de caju que representa 90% da exportação do país albergando assim uma parte significativa da receita pública e 17% das receitas do Estado” (INE, 2009, p.13).

No que diz respeito a parte religiosa, coexistem na Guiné-Bissau diferentes religiões o que faz dela ser um estado laico, de acordo com Candé Monteiro (2013), em termos percentuais da população “as religiões se encontram caracterizadas da seguinte maneira: religiões étnicas 44,9%, muçulmanos 41,9%, cristãos 11,9% e outros incluindo ateus” 1,3%(CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.273).

A Guiné-Bissau foi colônia de Portugal durante muito tempo, no período colonial ocorreram as chamadas “campanhas de pacificação” dos territórios na qual se registraram guerras entre os portugueses e os grupos étnicos nativos que resistiram à imposição da dominação colonial. As campanhas de pacificação decorreram de um modo singular, ou seja, ela foi dirigida a cada grupo étnico nas diferentes regiões do país, uma vez tendo em conta a estas especificidades escolhemos estudar de um modo particular o processo da resistência da etnia Papel em Bissau.

¹ De acordo com Tchernó Djaló (2013, p. 21), Europeugéno é um grupo constituídos pelos pretos e mestiços que nasceram a partir do contato com o colonizador, e a sociedade desse grupo é dita crioula.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Os portugueses queriam ter o domínio total do território guineense a fim de estabelecer as suas autoridades coloniais e controlar o sistema político e econômico em todo o território que hoje é o atual Guiné-Bissau, e para isso realizaram campanhas militares para pacificar o território, ou seja, tornar o território sob o domínio português. Com esta campanha os portugueses queriam, por via de força, retirar o poder dos chefes locais (régulos ou reis) a fim de obrigar estes a se submeterem ao poder colonial e pagar tributos, e assim sendo, o nosso trabalho procura compreender a resistência da etnia Papel em Bissau contra dominação portuguesa uma vez que o processo da ocupação e da colonização portuguesa nos é apresentado como sendo um processo que ocorreu de uma forma pacífica. E o nosso trabalho objetiva ainda responder as seguintes questões: Em que medida foi desencadeado a resistência por parte da etnia papel em Bissau contra dominação portuguesa na campanha de pacificação²? Qual foi o impacto da campanha de pacificação em relação às etnias? Quais foram os fatores que contribuíram para o enfraquecimento da resistência? E quais foram os fatores que possibilitaram a consolidação da campanha de pacificação?

² Campanha de pacificação expedições militares desencadeadas pelos portugueses para pacificar o território da atual Guiné-Bissau no período da ocupação colonial portuguesa

3. JUSTIFICATIVA

O processo da colonização europeia que teve lugar no continente africano no período entre os séculos XIV e XX, nos é apresentado através da literatura colonial como sendo um evento que ocorreu de forma pacífica, ou seja, como se não houvesse nenhuma resistência por parte do povo africano, o que constitui um paradoxo quando fomos ver a campanha de pacificação do território, um evento conduzido pelos militares portugueses na região que hoje é o atual Guiné-Bissau no período da colonização.

Meu interesse pelo tema surgiu de uma das severas discussões que eu costumava ter com os meus companheiros de *bancada*³ em Bissau. Nessa nossa *bancada* encontravam-se pessoas de idades distintas nomeadamente meus colegas, colegas do meu irmão mais velho e também pessoas com idade do meu pai, discutíamos vários assuntos dentre eles política, desporto, religião, saúde, história e muitos outros. Em dada ocasião conversávamos sobre a história da Guiné-Bissau e fomos parar no processo das resistências étnicas principalmente a campanha de pacificação do território, e no decorrer da discussão pude notar que os que discutiam a temática tinham uma dificuldade enorme na abordagem da temática tendo em conta as limitações no conhecimento do assunto, e como eu nunca havia escutado e nem estudado nada acerca da temática fiquei curioso. Depois da discussão fiz algumas questões aos nossos velhos, e não tive uma resposta satisfatória, ou seja, os velhos só limitavam a me dizer que aconteceu no período da colonização e houve resistência étnica, isso porque eles não tinham domínio do assunto e baseavam-se mais no senso comum, razão pela qual achei que seria pertinente estudar este assunto uma vez que é uma temática pouco estudado e pouco conhecido. Eu poderia ter escolhido estudar a resistência de todas as etnias da Guiné-Bissau, mas como as resistências foram desencadeadas de uma forma singular em que apesar de possuírem alguns

³ Bancada, entendo bancada como um espaço de socialização e de aprendizado social na Guiné-Bissau, nela predominam as práticas de discussão e debate sobre diferentes esferas de conhecimentos através de troca de experiência e convivência, e práticas de desporto e lazer. Ela nasce na maioria das vezes a partir da aproximação e junção das pessoas da mesma faixa etária e do mesmo sexo que vivem num determinado bairro, zona e rua, vila, etc. Apesar de possuir esta característica, muitas das vezes esse fenômeno não ocorre, por exemplo a bancada que eu frequentava não se restringia apenas em pessoas da mesma idade, nela frequentavam pessoas mais novo que eu, assim como pessoas mais velhos e alguns com idade para serem o meu pai.

aspectos semelhantes, cada etnia ficou responsável de defender-se contra o domínio colonial português, assim sendo optei por escolher estudar a resistência da etnia Papel a qual pertence para evitar um trabalho maior na qual eu poderia não dar conta.

Para além da relevância que o estudo pode trazer para o campo científico, espera-se de forma alguma com este estudo poder ajudar a etnia Papel assim como o povo da Guiné-Bissau a conhecer melhor a sua história uma vez que esta se encontra em fase de reconstrução.

4. OBJETIVO GERAL

Analisar a resistência política da etnia papel em Bissau contra dominação portuguesa na campanha de pacificação de (1890-1915).

4.1 Objetivos específicos

1- Identificar o motivo que levou os portugueses a desencadear a campanha de pacificação (1890-1915).

2- Compreender os fatores que influenciaram a resistência política da etnia Papel em Bissau contra campanha de pacificação contra dominação portuguesa na campanha de pacificação (1890-1915).

3- Entender qual foi o papel desempenhado por outras etnias no processo de resistência política contra dominação portuguesa na campanha de pacificação (1890-1915).

5. HIPÓTESES

- 1- O processo da ocupação colonial na Guiné-Bissau não foi um processo fácil, passivo, simples e sem luta e resistência como nos é apresentado pela literatura colonial.

- 2- Não houve apenas lutas de resistências étnicas contra o processo da ocupação colonial na Guiné-Bissau.

- 3- A resistência e a colaboração étnica coexistiram no processo da ocupação colonial na Guiné-Bissau.

6. INTRODUÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O nosso referencial teórico será composto por duas seções, primeiro iremos fazer contextualização histórica do território da Guiné-Bissau a partir da chegada dos portugueses até à ocupação colonial efetiva e, em seguida, realizar uma abordagem sobre a etnia Papel e a sua configuração em Guiné, depois disso falaremos sobre a resistência no processo da campanha de pacificação dos territórios e, por último, abordar o fracasso da resistência e consolidação da campanha de pacificação e conseqüentemente consolidação do poder colonial. Neste âmbito, para suprir a necessidade do nosso trabalho, utilizaremos autores/as e pesquisadores/as que se debruçam sobre o período colonial na Guiné-Bissau.

6.1. FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA GUINÉ-BISSAU: DA CHEGADA DOS PORTUGUESES À OCUPAÇÃO COLONIAL

Pretendemos com a presente seção fazer de uma forma sintética uma pequena abordagem histórica sobre como foi a partir do século XIII até a conquista colonial à dinâmica do território a qual Guiné-Bissau ocupa uma parte, nela faremos um breve resumo da vida política deste território, da presença dos europeus na costa ocidental do continente africano e depois da ocupação efetiva.

Antes da chegada do navegador português Álvaro Fernandes à costa da Guiné datada em século XV, e mais precisamente no ano 1446, o território que hoje é o atual Guiné-Bissau juntamente com alguns outros estados da África Ocidental pertenciam a grande Senegâmbia região que atualmente é composto por seis Estados africanos nomeadamente Mali, Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacri e Mauritânia, como atenta (BARRY, 1998, p. 4). Estes territórios pertenciam o império de Kaabu que na altura constituía um reino vassalo sob influência do vasto território do império de Mali.

De acordo com Carlos Lopes, (2005). O império de Kaabu teria nascido quando o (mansa Kanku Musa⁴) imperador Mali pretendia ampliar o território do império sendo assim ele afirma:

O conhecimento sobre o Mali é vasto, e na sua vertente política, muito útil para compreender o Kaabu, já que toda a estrutura da “mansaya” (poder político), bem como a hierarquização social malinquê, foi transmitida ao Kaabu que começou por ser um Estado vassalo deste, governado por um “farim”, o Farim Cabo, o qual por sua vez acabou por se autonomizar. A gênese do Kaabu está igualmente associada à epopéia de Tiramakhan Traoré, que teria sido enviado pelo “mansa” (rei, governante) do Mali para conquistar as terras do oeste (LOPES, 2005, p.12).

O império de Mali foi um dos maiores e mais importantes estados da África Ocidental. Ele teve a sua origem nos meados do século XIII e atingiu o seu apogeu entre os séculos XIV e o começo do século XV, período que coincide precisamente com chegada dos navegadores portugueses no continente africano. A partir da segunda metade do século XV o império de Mali conheceu uma degradação política lenta e progressiva que por último iria

⁴ Kanku Musa também conhecido como Mansa Musa, foi o imperador de Mali no século XIV. (LY-TALL, 2010).

eclodir com o seu declínio colocando assim um ponto final da sua existência como coloca Ly-Tall, (2010). O império de Mali viu-se fracassando quando começou a registar vários eventos de lutas internas dos pequenos reinos contra a coroa do Mansa, assim como lutas entre os reinos que compõem o império, o que acabou por enfraquecer o poder central sobre os reinos sob sua tutela, não obstante disso a ingerência dos portugueses nos assuntos internos também foi um dos fatores que contribuíram para o declínio do império como Ly-Tall mostra:

Os portugueses, porém, já começavam a se imiscuir nos conflitos internos dos países costeiros. Por volta de 1482, Bemoy, regente do trono de Diolof, beneficiou-se do auxílio militar português contra os herdeiros legítimos. Além disso, as missões de “amizade” eram, também, fontes de informação sobre a situação interna do velho império. Outra estratégia dos portugueses era oferecer vantagens comerciais aos pequenos chefes da costa, levando-os, assim, a se emanciparem da tutela do Manden mansa (LY-TALL, 2010, p.206).

Com estes fatos o império começou a perder os territórios, ou seja, os pequenos reinos começaram a emancipar tornando assim em reinos independentes como é o exemplo do reino de Salum que emancipou da tutela de Gâmbia (LY-Tall, 2010), depois disso o império sofreu ataque pelo leste e pelo oeste que daria o seu fim em século XVII. E com este acontecimento o reino de Kaabu tornou independente deixando assim de ser um reino vassalo e formou-se como império após de ter anexado os pequenos reinos livres sob o seu domínio.

O Kaabu independente teria o seu apogeu no século XVIII, mais propriamente depois do desaparecimento do Mali, até 1790, coincidindo com o abolicionismo. Torna-se óbvio que a grande importância do Kaabu corresponde ao período em que mais domina o tráfico de escravos (LOPES, 2005, p.15).

Desde o contato com os europeus a partir do século XV verificou-se uma mudança significativa na dinâmica de relação dos povos da costa com o poder central do Kaabu, sobretudo com a criação das feitorias na costa dos rios da atual Guiné-Bissau, e a aliança que eram feitas entre os portugueses e os ditos lançados e grumetes, o que constitui uma ameaça ao poder do Kaabu (LOPES, 2005, p.19).

O império de Kaabu atingiu o seu apogeu no século XVIII período em que houve maior intensidade do tráfico de escravos, e o Kaabu tornou-se importante devido que o comércio de escravos era uma das principais atividades que gerava mais fundo para sua economia e isto aconteceu precisamente após o império de Mali ter desaparecido, período que também coincide com o abolicionismo que seria um dos fatores que contribuíram no declínio de Kaabu, após isso como coloca Carlos Lopes (2005) o império de Kaabu começou assistir um rápido declínio a partir dos finais do século XVIII e início do século XIX, tendo o seu poder

central enfraquecida quando os pequenos reinos que lhe pagavam tributos começaram a tornar autônomos (LOPES, 2005, p.15).

A questão religiosa também foi um dos fatores que estiveram no colapso do Kaabu, apesar das duas formas de crenças (animismo e islão terem coexistido pacificamente no império). Após o fim do império de Kaabu em século XIX e mais especificamente no ano 1867 os reinos da Senegâmbia consolidaram as suas independências tornando assim em reinos autônomos com poderes paralelos, apesar disso havia reinos que anexaram outros reinos como a sua tutela seja por via de força através das guerras ou por via de conversão religiosa, mas mesmo assim a região de Senegâmbia não chegou a dispor um reinado que possuía um poder total ou central sob toda a região como vimos nos dois impérios.

Apesar das tentativas de unificação levada à cabo em última instância para fazer face a dominação colonial que ganhava força cada vez mais, a Senegâmbia acabou por entrar em colapso devido as guerras entre os estados assim como por causa do reinado no interior de um estado que se verificavam no seu interior. Não obstante do que aconteceu no império de Kaabu onde as guerras entre os povos por questão religiosa esteve num dos fatores que contribuiu para o declínio de Kaabu, a Senegâmbia também não escapou desse cenário, ou seja, os conflitos do Kaabu não desapareceram com o fim do império como coloca Boubacar Barry, (1990), que as guerras santas que foram empreendidas contra as velhas aristocracias contribuíram em enfraquecer o conjunto da Senegâmbia antes da conquista colonial.

Depois da conquista colonial o continente africano foi partilhado pelas potências europeias onde o conjunto de Senegâmbia foi dividida entre França, Inglaterra e Portugal de acordo com os seus respectivos interesses como Boubacar Barry coloca:

[...] A conquista colonial torna-se necessária para permitir a França, Inglaterra e Portugal organizar sur place no seu proveito, a produção destinada a satisfazer sua indústria. A França, cujos interesses econômicos se encontram ligados à expansão do amendoim, fica com a maior parte na partilha da Senegâmbia – do Rio Senegal ao Níger, de Saint Louis a Freetown ao longo da costa e por último, dos Rios do Sul ao Sudão através do Fuuta Jalon. A Inglaterra aferra-se até ao fim ao seu enclave da Gâmbia, enquanto Portugal fica confinado a Guiné-Bissau (BARRY, 1990, p.19).

O mesmo autor coloca que essa conquista colonial se deu numa altura em que as resistências que foram empreendidas face domínio europeu enfraqueceu devido que ela não foi feita por todo o conjunto dos povos que constituem a Senegâmbia, tendo alguns como é o caso

dos soberanos legitimistas que aferravam-se mais aos seus poderes em detrimento da resistência o que por um lado facilitou a conquista dos europeus.

6.1.1 A ocupação colonial efetiva na Guiné Bissau

Com esta subsecção iremos debruçar sobre como foi a ocupação colonial especificamente no território que é o atual Guiné-Bissau. No século XVI, os portugueses haviam tido contato com a população autóctone de Cacheu uma das regiões que atualmente faz parte da jurisdição da zona norte do território do atual Guiné-Bissau. Os portugueses que já praticavam o comércio com os povos nativos desde a sua chegada começaram a construir fortes com vista a dar mais segurança as suas embarcações começando assim o processo de ocupação como Candé Monteiro coloca:

Não obstante, na Guiné, a ocupação começou no norte do país a partir da cidade de Cacheu fundada em 1588, mas sob a regência de administração de arquipélago de Cabo-Verde. As primeiras feitorias foram construídas nos cursos dos rios (São Domingos, Cacheu, Farim e Buba) já que inicialmente os portugueses não intencionavam a ocupação no interior do país (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p.225).

De acordo com Augel (2007) podemos ver neste momento que Portugal limitava apenas em fazer comércio e ao mesmo tempo servir desta região da costa ocidental como ponto para auxílio no processo de embarcação dos escravos, e não usando-a para agricultura como se fosse uma colônia de assentamento propriamente dita como em Angola e Moçambique. (AUGEL, 2007, p.53).

Por outro lado, como coloca Candé Monteiro, (2011), a cidade de Cacheu foi tornado capitania pelos portugueses em 1642, sendo assim o principal ponto de acesso para todo território da atual Guiné-Bissau, depois prosseguiu-se com a fundação de mais cidades como é o caso de Farim em 1640 e Bissau ocupada em 1686, sendo estas apenas regiões costeiras e a ocupação do interior só aconteceu mais tarde como a autora coloca:

Apesar dos rios e da costa dessa área terem sido uma das primeiras partes colonizadas pelos portugueses, o interior só foi explorado a partir do século XIX. A atual capital do país, Bissau, foi fundada em 1697, com intuito de servir de suporte para a fortificação militar e entreposto de tráfico negreiro, que mais tarde viria a ser elevada a cidade e a capital do país (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p.225).

Augel (2007) coloca que depois da construção da feitoria de Cacheu, em 1603 deu-se o início dos trabalhos da conversão ao cristianismo entre os habitantes de Bissau levado a

cabo pelos missionários, e a ilha de Bolama foi cedida aos portugueses pelo régulo de Guinálhia em 1607 para que nela se estabelecessem e defender os seus territórios contra os ataques dos bijagós, povo insular da mesma ilha. A autora demonstra que a desintegração do reino do Oeste do continente africano com o crescente florescimento do comércio de escravos nos séculos XVI em diante facilitou a ação colonialista dos portugueses que tornaram o comércio mais lucrativo ao introduzirem novos produtos e implantando as rivalidades e desavenças entre as etnias, e ainda a mesma autora salienta que “Portugal passou a dedicar-se muito à conquista territorial na sequência do enfraquecimento do comércio de escravos e redução do comércio triangular, passando a dar mais atenção na ativação e no aumento dos entrepostos comerciais” (AUGEL, 2007, p.54).

Segundo Augel (2007), o arquipélago de Cabo-Verde que inicialmente era desabitado foi conjuntamente administrado com o território guineense por muitos séculos, por sua vez Candé Monteiro (2011) coloca numa citação que fez ao PAIGC⁵, (1974), que na sequência da aplicação da nova organização administrativa de 1834 a Guiné-Bissau e Cabo Verde formavam uma prefeitura na qual a Guiné era uma circunscrição dirigida por um subprefeito, e depois disso a Guiné passou a ser um distrito comandado por um governador no quadro da criação de um governo geral das ilhas de Cabo Verde em 1836, e por último a Guiné foi subdividida em quatro comunas nomeadamente Cacheu, Bissau, Bolama e Buba cujo o governador residia em Geba. E ainda Candé Monteiro coloca que “em 1879 a Guiné tornou uma província independente desvinculando-se assim da sua administração com Cabo Verde, passando assim a ser chamada de Guiné Portuguesa contando com a sua administração própria” (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p. 225).

Depois dessa separação administrativa com Cabo-Verde, Augel (2007), coloca que a Guiné passou por difíceis problema de fronteiras devido que encontrava-se num território onde predominam as colônias francesas e esses problemas só foram resolvidos em 1886, em Conferência de Berlim ocorrida em (1884-1885) face a partilha geral da África pelas potências imperialistas europeias através das delimitações fronteiriças. E na sequência das resoluções dessa conferência como coloca Candé Monteiro (2011), Portugal e França fizeram um acordo na qual Cassamance e Ziguinchor territórios que pertenciam a Guiné ficaram como tutela da

⁵ PAIGC – partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde, foi um movimento político responsável pela condução e execução da luta da libertação da Guiné-Bissau contra o colonialismo português fundado em 1959 de acordo com Candé Monteiro 2013.

França, e ainda a mesma autora salienta que os povos foram separados de forma arbitrária segundo as delimitações fronteiriças na conferência de Berlim sem levar em consideração as tradições e culturas dos grupos étnicos existentes (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p.225).

E após essa divisão do continente africano que marca a conquista colonial os portugueses avançam definitivamente rumo a conquista do território guineense por meio de dominação política, econômica e cultural através de campanhas militares que foram alvos de muitas contestações e de resistências que serão abordadas mais à frente.

6.2 Etnia Papel: etimologia, origem e configuração social

De acordo com Tchernó Djaló, o nome tradicional da etnia papel é *Ba-sáu*, Basháu, ou Ba-são (Ensháu), e este nome era utilizados por Balantas para designar os originários da ilha de Bissau que no caso seria os Papéis, e o autor coloca que segundo a tradição oral a expressão Ba-sáu teria sido utilizada pelo único sobrevivente em uma das batalhas entre os Balantas e os Papéis (DJALÓ, 2013, p. 58).

O mesmo autor coloca ainda que alguns consideram os papéis como sendo descendentes dos Biafadas, eles teriam sido a etnia que Valentim Fernandes tinha chamado de Cacheos re-agrupados assim em Brames, Papéis, e posteriormente Manjacos. O autor salienta ainda que, segundo a lenda, a origem da etnia papel está no casamento entre um príncipe Biafada e uma mulher Brame da ilha de Bissau, que de acordo com história oral, um caçador de nome Mecau, filho de rei de Quínara da família Baduque, teria ido à Bissau para participar num torneio de caça onde ele teria escolhido casar com suas mulheres e uma das suas irmãs, acrescenta ainda o autor que a lenda apresenta os papéis como descendentes das suas seis esposas e da sua irmã na qual teria nascido as sete linhagens de gerações que compõem a etnia (DJALÓ, 2013, p. 58).

De acordo com Augel (2007), em termos da percentagem a etnia papel engloba 10% da população guineense, com uma forte predominância no litoral e nas zonas costeiras da província norte do país, e em ilha de Bissau capital do país, ainda a mesma autora coloca que a etnia Papel possui estrutura social vertical, e isso poderia ter sido influenciado pelo poder expansionista das etnias islâmicas de origem mandé no século XIII e XVI, e ainda ressalta que

essa etnia cultua o animismo e a sua de base econômica é produção agrícola e agropecuária de subsistência (AUGEL, 2007, p. 77).

6.3. CAMPANHA DE PACIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA DA ETNIA PAPEL EM BISSAU CONTRA DOMINAÇÃO COLONIAL

Segundo Candé Monteiro (2013), devido à configuração social da Guiné-Bissau, onde cada etnia é pertencente a uma terra, as resistências foram feitas de caráter regionais e étnicas, e assim sendo, as resistências foram desencadeadas por cada etnia na sua própria terra, e neste âmbito pretendemos com a presente seção abordar de uma forma mais específica a resistência desencadeada pela etnia Papel em Bissau nas expedições militares denominadas campanha de pacificação empreendidas pelos portugueses para pacificar o território da Guiné-Bissau, sem contudo deixar de dar ênfase a resistência desencadeadas por outras etnias.

De acordo com Mendy (1994), a oposição dos africanos face ao domínio estrangeiro veio de longe, durante muito séculos, a hostilidade africana contra as ambições do imperialismo português nunca deixou de ser manifestada, e o confronto armado entre os europeus e os africanos se deu nos finais do século XVI quando os habitantes de Cacheu chocaram com os portugueses por causa da construção da forte, e ainda o mesmo autor mostra que “as resistências foram impulsionadas a partir do momento em que os portugueses começaram a constituir as ameaças aos reinados africanos”, assim como a partir do momento em que os portugueses não só deixaram de pagar tributos aos chefes africanos assim como tentar fazer dos africanos pagadores de impostos. (MENDY, 1994, p. 38).

E ainda Mendy (1994) coloca que quase 15 anos depois das deliberações da conferência de Berlim a Guiné Portuguesa como era chamada na altura, era apenas de nome isto é, porque não estava efetivamente ocupada, e que a soberania portuguesa nesse país permanecia puramente nominal em mais de quatro séculos e meio da possessão do território, do mesmo modo o autor ressalta que as campanhas de pacificação que antecederam a Conferência de Berlim foram marcadas de tragédias do que triunfos por parte dos portugueses porque os “gentios” como eram chamados na altura recusaram de um modo firme serem subjugados, e reagiram à centenária a postura do imperialismo português (MENDY, 1994 p.196).

De 1890 para frente o território guineense foi arena de muito combate entre os portugueses e os nativos da terra que recusavam ser subjugados pelos colonialistas, nesse período as expedições militares para pacificar o território e consolidar a soberania portuguesa foram intensificadas e reforçadas. Segundo Mendy, (1994) a praça de Bissau foi atacada pelos Papéis no dia 22 de Fevereiro de 1891, e essa ataque foi apelidada por “desastre de Intim”⁶, e devido às fracas movimentações constatadas no comércio os portugueses presumiam que iam ser atacados, e de modo antecipado solicitaram reforços de Bolama e Cabo-Verde. O ataque ocorreu antes da chegada dos reforços solicitados, e a defesa portuguesa foi feita por uma pequena força de artilharia que só conseguiram dispersar os Papéis usando canhões. E ainda o mesmo autor situa que após o ataque, e com a chegada dos reforços solicitados, no dia 19 de Abril do mesmo ano militares portugueses juntamente com os reforços partiram para Intim para fazer uma ataque repressiva onde ao chegarem foram pegos numa emboscada dos Papéis que provocou uma forçosa retirada desorganizada das tropas, e segundo o mesmo autor em consequência disso, esse ataque tornou-se numa expedição desastrosa porque para além de sofrerem uma baixa com elevados números de mortes e feridos incluindo a morte do comandante da guarnição de São José, os portugueses não alteraram a situação, ou seja mesmo após o ataque, os Papéis de Intim ainda continuam insubmissos, e o autor salienta que havia um historiador que disse que este acontecimento foi um dos trágicos na história da colonização portuguesa (MENDY, 1994 p. 189).

Após este desastre os portugueses se seguiram para Geba em 1892 para mais uma campanha que também não foi frutífero, e acabaram por abortar a operação para evitar o que lhes acabara de acontecer em Bissau.

Pêlissier (1989), afirma que a terceira guerra de Bissau aconteceu entre dezembro de 1893 e maio de 1894. Segundo o autor, em novembro de 1893, ou seja, um mês antes da guerra os Papéis de Intim Bandim⁷ e Antula, atualmente bairros que compõem a cidade de Bissau, dispararam contra a fortaleza matando um cabo-verdiano, e em dezembro do mesmo ano se deu um outro ataque onde os portugueses, para se defenderem, tiveram que usar granadas e metralhadoras. Contaram ainda com o apoio dos comerciantes que fecharam suas loja para irem se juntar aos portugueses para defender a fortaleza. O mesmo autor coloca que “este ataque

⁶ Intim uma aldeia dos povos da etnia Papel da ilha de Bissau no período colonial na Guiné.

⁷ Bandim e Antula atualmente bairros que compõem a cidade de Bissau habitados por muitas etnias, eram aldeias dos povos da etnia Papel que viviam na ilha de Bissau no período colonial na Guiné.

não só foram realizadas pelos Papéis das três aldeias acima referidas como também se fizeram presentes nela os Papéis de Safim, os Balantas de Nhacra e alguns grumetes”⁸, e que juntos contabilizados resultam numa soma de mais de 3000 homens, e apesar de possuírem um grosso número de homens, esse comando dos nativos foram desmantelados pelo esmagador poder de fogo dos portugueses causando-lhes uma baixa significativa (PÉLISSIER, 1989, p. 30,31,32).

Em resposta desse ataque os portugueses prepararam e desencadearam um ataque de punição contra os Papéis em Maio de 1894, nesta ataque combateram ao lado das forças portuguesas os seus aliados nativos, angolanos, cabo-verdianos e mais alguns efetivos da marinha portuguesa que tiveram em sua disposição duas lanchas, e uma vez a força portuguesa contando com um poder de fogo esmagador, e com um elevado número considerável de homens, as chances para os Papéis seriam mínimas, razão pela qual foram derrotados apesar de terem resistido ferozmente, e em sequência da derrota pediram paz que culminou com assinatura de [auto de submissão] em 1894, comprometendo-se em entregar os soldados desertores, as armas, cumprir com o pagamento do imposto de capitação e entre mais outras cláusulas.

Por outro lado Mendy (1994), ressalta que o incumprimento de acordos por parte dos nativos era uma coisa normal, e que durante muitos anos numerosos tratados foram quebrados pelos “gentios”⁹ como eram chamados na época, enfatiza ainda o autor que um observador português comentava que [aos tiros, seguem-se os acordos e os autos de vassalagem, aos quais, de novo, seguem-se tiros, massacres e revoltas], e que os portugueses tinham noção de que os acordos eram precários e não poderiam fazer nada no caso de seu incumprimento, razão pela qual não fizeram os papéis que nunca cumpriram tais acordos que visavam a entrega das armas e o pagamento dos impostos de cabeça. O mesmo autor situa que dada incomplacência dos Papéis de Bissau que continuavam ainda desafiadores, a tentativa de cobrar impostos foram transferidos para a Farim em 1895, e seria a tentativa de cobrar esses

⁸ De acordo com Tcherno Djaló numa citação ao George Brooks (1983), os grumetes eram marinheiros africanos que se encontravam adotados de tributos sociais e culturais portugueses, e daqueles que eram chamados de Luso-africanos. Eles eram empregados em navio de comércio ou em estabelecimento comerciais. (Djaló, 2013, p. 173).

⁹ Gentios constituíam um grupo de povos autóctones que de acordo com concepção colonial usado pelos portugueses não eram civilizados, porque não possuíam habilidades de leitura e escrita, e também não sabiam falar português, dito de um outro modo esses gentios como eram chamados na altura eram os nativos da Guiné que se encontravam apegados as suas tradições e costumes étnicas e do seu modo de viver, por outras palavras os não assimilados. (Candé Monteiro, 2013, p. 101).

impostos sem precedente que iria ser a principal causa da guerra de Oio em 1897 (MENDY, 1994, p.193).

Depois disso os portugueses seguem-se com as campanhas onde no começo do ano de 1897 a guerra foi contra os Manjacos de Caió que tentavam fazer pagar impostos os estrangeiros e os barcos que passavam naquela região. No Oio a tensão continuava e a tentativa de fazer os nativos pagarem os impostos acendeu uma rebelião que causou a guerra onde os portugueses saíram derrotados com muita baixa onde optaram por recorrer aos meios diplomáticos. Já no virar do século XX (1900-1902), os Bijagós foram os primeiros povos à entrarem em confronto armado com os portugueses, seguidos de Felupes e Oincas, nas campanhas de vingança contra os Felupes e Oincas, as forças portuguesas por se disporem de numerosos soldados auxiliares e mais três canhoneiras, destruíram muitas tabancas e fizeram muitos prisioneiros (MENDY, 1994, p. 194, 196).

Talvez por essas vitórias é que se sentiram confiantes em introduzir em 1903 um novo tipo de imposto, denominado (imposto de palhota) que serão aplicados aos indígenas na sequência do recenseamento de habitações para a obtenção dos dados estatísticos dos indígenas que tinha sido feita não só para identificar e registrar número de pessoas em tabancas e casas para melhor orientarem-se na hora de cobrar o imposto, como também intencionava-se em usar essas informações para o trabalho forçado e o serviço militar como sustenta (MENDY, 1994, p.405).

Na mesma ótica, Albino Nangurã (2014) coloca que a aplicação da lei do imposto de palhota levado a cabo pelos portugueses não só constituíam métodos exploratórios, como também possuíam vertentes mais transversais do que se pode imaginar, e que os propósitos coloniais regiam numa estratégia muito bem traçada visando ampliar as suas capacidades hegemônicas em todo o território a fim de:

- Destruir por completo as estruturas administrativas montadas pelo poder tradicional aí instalado;
- Destruir as normas dogmáticas dos hábitos consuetudinários prevaletentes entre o povo indígena;
- Implantar uma norma hegemônica, capaz de permitir um controlo absoluto do território e assim para garantir uma plena soberania Portuguesa. (NANGURÃ, 2014, p.36).

É na tentativa de cobrar esse imposto que iria tornar as campanhas militares mais intensas e mais conflituosas como situa Candé Monteiro:

Desta forma, as resistências intensificaram quando os colonialistas instituíram o imposto de palhota a todas as regiões da Guiné dita portuguesa, que entrará em vigor a partir do janeiro de 1904 na tentativa de consolidar o domínio da ocupação. (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p.228).

A autora ainda frisa que os portugueses tiveram que contar com auxílio de alguns chefes locais que eram seus aliados e os régulos para facilitar a cobrança do imposto de palhota, e à estratégia utilizado pelos portugueses em conseguir o apoio dos régulos¹⁰ consiste em isentá-los do pagamento do tal, assim como também iriam receber incentivos por serviços prestados.

Como era de se esperar, Tcherno Djaló (2013) ressalta que a introdução do imposto de palhota deu lugar a uma forte resistência étnica, e ainda o autor coloca que este imposto possuía um triplo significado, e o primeiro seria que esta imposição teria simbolizado a submissão uma vez que o território ainda estava para ser pacificada; em segundo caso os seus fins fiscais seriam usados para colmatar a falência da administração colonial; e por último ele simbolizava a prática do objetivo socioeconômico que os portugueses atribuíam a sua missão civilizadora (DJALÓ, 2013, p.226).

Como os nativos não objetivavam pagar os impostos e também pela violência que estava sendo feitas pelas tropas portuguesas em tentar fazê-los pagar, os nativos desenharam várias estratégias de resistências que em redução do custo do pagamento ou o não pagamento do impostos, e um exemplo dessas estratégias era junção de muitas pessoas numa casa levado a cabo pelos Fulas e Mandingas devido à extensão familiar, e um outro exemplo seria dos Manjacos, Felupes, Mancanhas, dentre outros que optaram em se emigrar para Casamansa (Senegal) territórios vizinhos (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p.228).

De acordo com Pêlissier (1989), na resistência contra a aplicação do imposto de palhota aos nativos, os papéis invadem a praça de Bissau exortando os portugueses dizendo que nunca pagariam o imposto porque eram eles os verdadeiros donos da terra, depois desse ato, os portugueses levaram a cabo uma campanha de punição aos Papéis que resultou num conflito denominado (a quarta guerra de Bissau) ocorridas entre os anos 1907 e 1908.

¹⁰ Régulo chefe tradicional com figura de rei responsável máximo da vila ou aldeia, geralmente são pessoas com idade elevada e são escolhidos de acordo com a tradição tendo o seu poder mediado por um conjunto de anciões que também são escolhidos tradicionalmente

E ainda o mesmo autor coloca que os portugueses que acabara de receber os reforços de Portugal e mais soldados preparam e desencadearam um ataque surpresa contra os papéis, ainda enfatiza o autor que também nessa força portuguesa encontravam-se os grumetes que da última vez tinham lutado ao lado dos papéis. E assim sendo, a guerra teria começado no dia 4 de Maio de 1907 quando as aldeias de Intim, Bandim e Antula foram bombardeadas pelas forças portuguesas com intuito de enfraquecer a resistência dos papéis, e depois disso, um considerado número de soldados munidos de armamentos pesados partiram para combate, e ainda coloca o autor que os papéis que foram pegos de surpresa pelas forças portuguesas não tiveram demora em responder onde após uma forte resistência foram derrotados e a aldeia de Intim é tomada, ficando a de Bandim destruída e abandonada, e na sequência disso os portugueses bombardearam Antula e um grupo de soldados foram destruir os celeiros dos papéis na aldeia de Cumtumo¹¹, e na noite do dia 10 para 11 de Maio de 1908, em resposta do ataque português os papéis invadem a praça de Bissau em massa declarando aos portugueses que não iriam pagar nada à eles porque eram estrangeiros e eram eles (os papéis) os donos da terra, acompanhados dos seus conterrâneos Balantas de Nhacra que teriam vindo vingar a represália sofridas em 1891, os Papéis assaltam a praça em uma guerra com os portugueses onde incendiaram as aldeias dos grumetes auxiliares dos portugueses. E no dia 11 de Maio do mesmo ano os Papéis e Balantas tentam um ataque a Intim onde tiveram uma baixa considerável (PÊLISSIER, 1989, p. 101, 102, 103).

Segundo Pêlissier (1989), foram os portugueses vencedores dessa batalha, mas não podendo se manterem voltam descendo encostas regressando para a praça a 12 de maio e tendo as portas desta fechadas, mas por outro lado essa vitória portuguesa não seria tão concisa quando comparada com a descrição feita por Peter Karibe Mendy (1994) sobre o mesmo fato na qual ele coloca que na retirada para a praça os portugueses sofreram algumas baixas, e os gentios (Papéis e Balantas) cercaram a praça ao ponto que os portugueses enterraram os seus mortos dentro da fortaleza sendo o cemitério a menos de cem metros de distância. E ainda o mesmo autor coloca que os residentes de Bissau (comerciantes, cabo-verdianos e europeus) foram privados de água e viveres frescos na sequência do cerco da praça feito pelos Papéis que na sequência foi declarada uma lei marcial feito pelo governador Muzanty proibindo todas as

¹¹ Cumtumo, atualmente Cuntum também era uma das aldeias dos povos da etnia da Ilha de Bissau no período colonial, atualmente integra nos bairros que compõem a cidade de Bissau

transações comerciais com os “gentios” arrogantes gerando assim preocupações aos comerciantes franceses como o autor coloca:

Esta situação, bastante perigosa, que os portugueses não podiam controlar, deixou os residentes no estado de ansiedade permanente. Os comerciantes estavam preocupados com a “anarquia” [...]. Os franceses, que dominavam o comércio de Bissau, eram na verdade os mais preocupados, protestando energicamente junto dos portugueses para terminarem o estado da emergência, a fim de poderem continuar a negociar com os Papéis “rebeldes” [...]. (MENDY, 1994, p.205).

A preocupação levou o governador geral da África ocidental francesa William Ponty a enviar para os seus superiores de Paris um telegrama avisando que os indígenas papéis de Bissau expeliram a colônia portuguesa e atacaram a cidade de Bissau que se encontra bloqueada e os habitantes europeus estão em perigo sob ameaça de ataque à noite, uma vez considerada a situação, foi despachada um navio militar à Bissau para proteger os cidadãos e os interesses franceses como também para investigar as circunstâncias que originaram “a suspensão das garantias”, e ainda visitaram Bissau os navios inglês e alemã. O navio chegou a Bissau no dia 13 de Maio de 1908 transportando um militar francês Paul Brocard e mais dois agentes indígenas recrutados em Dakar, depois das formalidades e da auscultação dos cidadãos franceses foram estabelecidas conversações com o governador Muzanty e depois foram enviados dois indígenas disfarçados para sondar as intenções dos papéis, segundo o autor, após analisar a situação o capitão francês comandante do navio Boyer chegou à seguinte conclusão:

[...] a impotência dos portugueses em toda colônia, é manifesta, Bissau, com as suas portas fechadas, está na realidade sitiadas pelos Papéis senhores da sua ilha; e encontra-se com uma guarnição totalmente insuficiente de cento e trinta homens, à mercê de um golpe de audácia destes últimos.

Os estrangeiros, e sobretudo os nossos compatriotas, privatizados de recursos, frustrados no seu comércio e molestados pelos funcionários portugueses por causa do estado de sítio existente, que suprime as suas garantias, encontram-se, além disso, muito expostos, no caso de sucesso dos Pepéis, que apesar das suas declarações, não saberiam, na embriaguez de uma vitória, diferenciá-los dos outros brancos.

Contrariamente do que se tem sido anunciado, os portugueses não têm nunca sido vencedores dos seus reencontros com os indígenas; e as suas tropas nunca puderam avançar mais de dois mil quinhentos metros da cidade, enquanto que os seus adversários circulam livremente em toda parte. (MENDY, 1994, p.206).

Para o autor a suspensão dos direitos e privilégios aos estrangeiros deve-se porque os portugueses careciam de meios para assumir tal responsabilidade uma vez que eles mesmo não podiam se segurar. Por outro lado Pêlissier (1989) caracteriza essa movimentação francesa como sendo um jogo ambíguo na qual os franceses estariam fazendo uma campanha de imprensa viciosa mostrando que Bissau estaria a ser aterrorizada pelos papéis, que se julgavam

ser os donos da ilha, quando na verdade nenhuma ameaça real pesava sobre a cidade, e tudo isto estaria acontecendo porque o governador Muzanty não mantém relações cordiais com a colônia estrangeira (PÉLISSIER, 1989, p.105, 106).

Na sequência do ocorrido a 19 de Junho de 1908 os papéis tentaram fazer negociações com Bissau, e os oficiais portugueses se recusaram negociar, e no dia 3 do mês seguinte ao voltarem para fazer as negociações os papéis foram recebidos pelos oficiais portugueses segundo as instruções de Lisboa, os papéis de Antula rejeitam entregar as suas armas alegando que têm medo de serem atacados pelos grumetes e Balantas, as negociações prolongaram-se durante todo o mês de Julho, e vieram a romper-se no final de Agosto onde foi dado ordem para disparar todo o papel que aproximar da cidade o que fez com o que Bissau ficasse separada da ilha durante o resto do ano (PÉLISSIER, 1989, p.106, 107).

Depois da guerra com os papéis, os portugueses abandonam a campanha de Bissau e seguem para o interior onde chocaram com os Balantas por causa da montagem de um posto militar em Cunhicunda em 1908, e o ataque a Gole e Bissorã no ano seguinte. E depois disso segue-se contra os Fulas em Geba em 1910, que também foi a data da queda do regime monarca portuguesa para a república, resistência do Felupes para impedir um destacamento português fazer o recenseamento de palhota em Susana em Dezembro de 1911, e de novo contra os Balantas de Binhoma (Nhoma) em Fevereiro de 1912.

Impende ressaltar que em 25 de Dezembro de 1910 foi criado em Guiné a Liga Guineense, um movimento nacionalista dos nativos da Guiné constituído por uma associação escolar e educativa, segundo (PÉLISSIER, 1989, p.130), “desconhece-se do número dos membros assim como das realizações feitas pela Liga, mas entre os anos 1910 e 1911 notou-se de um fórum guineense que parecia estar a procurar clientela e mais aclamação social do que um verdadeiro embrião de uma organização anticolonial”, frisa ainda o autor que estes exigem escolas para o povo, povo este que restringia apenas a comunidade de grumete urbanizada, e não parecendo exigir a escola para os ditos “irracionais” o que lhes fazem estar numa ambígua posição quanto ao nacionalismo, e que mais tarde seriam eles colaboradores dos portugueses para a conquista do território.

Os períodos que se seguiram entre 1913 e 1915 serão marcadas por muitos acontecimentos e muitas guerras nas campanhas militares que viriam mudar o rumo da

ocupação portuguesa na Guiné com a entrada da figura do João Teixeira Pinto como coloca Tcherno Djaló:

O que a historiografia portuguesa chama de “campanha de pacificação” conduzidas “a toque de tambor” por João Teixeira Pinto entre 1913-1915, foram na realidade iniciadas pelo governador Biker e prosseguidas por Muzanty. O que muda na história militar da Guiné com chegada de Teixeira Pinto é o grau de violência, de duração, de intensidade e do espaço aberto por estas campanhas (DJALÓ, 2013, p.227).

De acordo com Mendy (1994), o capitão João Teixeira Pinto¹² chegou na Guiné à 23 de Setembro de 1912 desembarcando-se em Bolama, onde no dia seguinte seria nomeado chefe do Estado-Maior, acrescenta ainda o autor que de imediato Teixeira Pinto mergulhou-se em estudar as causas do entrave da ocupação a fim de implementar uma nova dinâmica para a pacificação do território com vista a ocupação efetiva da colônia. O novo chefe do Estado-maior conseguiu em pouco espaço de tempo detectar a dimensão da soberania portuguesa na Guiné, confirmando um fato há muito estabelecido:

Quando em 1912 cheguei a esta Província [...] era a nossa autoridade puramente nominal na região compreendida entre os rios de Farim ao N, e O, rio de Geba ao S e circunscção de Geba a L, abrangendo os povos Oincas, Balantas, Brames Ou Mancanhas, Manjacos e Papéis, com a ocupação apenas das vilas de Cacheu e Bissau e o posto militar de Goli (MENDY, 1994, p.218).

E depois deste cauteloso estudo, Teixeira Pinto chega à seguinte conclusão:

Depois de um “estudo minucioso das causas de tantos reveses” Teixeira Pinto concluiu que a utilização de auxiliares *grumetes*, o conhecimento insuficiente do terreno e a arrogância acerca dos hábitos dos “gentios”, particularmente no que se referia aos seus métodos de combate, eram responsáveis pelas numerosas derrotas portuguesas (MENDY, 1994, p.221).

E ainda o mesmo autor coloca que os grumetes serviam somente para combates de ataques rápidos e pilhagem, e não sendo eficientes em expedição militares de longa duração, e ao procurar aliados diferentes dos grumetes para colmatar essa lacuna, foi apresentado ao Teixeira Pinto o Abdul Injai¹³ em Dezembro de 1912 pelo administrador de Bafatá, Vasco de

¹² João Teixeira Pinto nasceu em Moçâmedes Sul de Angola, é neto de um oficial do exército português e filho de um oficial do exército cognominado pelos indígenas da mesma região de Kurika. Teixeira Pinto regressou a Angola em 1902 onde participou em muitas operações contra os indígenas, acabando por obter além do título de Kurika, a mais elevada condecoração por mérito militar – a Torre e Espada. Uma vez revigorizado por uma sensação de invencibilidade, aceitou ocupar o posto de chefe de Estado Maior na Guiné Portuguesa considerada rebelde devido a insubmissão dos nativos. (Mendy, 1994, p. 221).

¹³ Abdul Injai foi uma milícia africano de origem Senegalesa da etnia Wolof, nasceu na aldeia de Salum província de Kaolaack no Senegal. Ele possuía um certo prestígio no seio dos povos nativos da guiné, mas foi julgado e expulso pelos Manjacos após de ter infringido uma regra de convivência do costume da mesma etnia na qual jurou vingar-se. Posteriormente tornou régulo de Cuor na região leste da guiné onde formou o seu exército que posteriormente vieram a lutar ao lado do Teixeira Pinto nas campanhas militares para a pacificação da Guiné.

Sousa Calvet de Magalhães. Depois de um outro estudo feito sobre Abdul Injai e seu exército mercenários, Teixeira Pinto concluiu que estes eram os homens de que ele precisava para pôr na prática o trabalho que tinha em mente (MENDY, 1994, p. 221).

Depois disso segundo René Pêlissier (1989) o chefe de estado-maior da colônia Teixeira Pinto efetua em Janeiro de 1913 em Oio uma missão de espionagem dando de ser o Charles Magne um gerente da casa comercial francesa, por ter conseguido infiltrar nas tabancas (vilas) fazendo reconhecimento usando este truque, Teixeira Pinto por pouco morria do envenenamento da bebida após do seu disfarce ter sido descoberto pelos Soninquês (PÊLISSIER, 1989, p.145).

E uma vez reunidas estas condições a partir da mudança de estratégia e com aquisição de novos aliados, Teixeira Pinto segue-se ao lado do seu auxiliar Abdul Injai com sangrentas expedições militares repleto de massacres que só viriam terminar em 1915 como destaca Djaló:

Confiante desta herança, ele podia contar com a neutralidade, quíça mesmo com a colaboração de mais de metade da Guiné submetida e fiscalizada. Teixeira Pinto pôde implementar uma nova estratégia de conquista baseada sobre a brutalidade, a crueldade, a destruição e, fato novo, o desarmamento sistemático dos vencidos. Em qualquer lado onde intervinha a coluna de Teixeira Pinto, incendia, cobra imposto e recolhe as armas, por outras palavras inflinge um castigo exemplar para acabar com as meias medidas dos seus predecessores (DJALÓ, 2013, p. 227).

Na mesma ótica PAIGC, coloca que o método de combate usado pelo Teixeira Pinto foi copiado dos colonialistas franceses e ingleses, e consistiam em perfazer a fraqueza dos efetivos portugueses, usando os auxiliares africanos de étnias fula e mandinga, cujos dirigidos por Abdul Injai, do Oio, Bara Baldé do Forreá, Mamadou Cissé e entre outros (PAIGC, 1974, p. 103).

No entanto, ressalta Candé Monteiro (2013) que apesar das organizadas resistências étnicas, a violência foi ganhando mais dimensões por parte dos portugueses, e para a ocupação foram utilizados a prática de repressão, racismo, massacres, torturas como também perseguições das crenças como forma de intimidar os nativos que se levantavam para resistir à imposição colonial (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.107).

(NANGURA, 2014). E ainda Peter Karibe Mendy ressalta que ele e os seus homens desempenharam um papel importante nas expedições militares da campanha de pacificação. (Mendy, 1994, p. 250).

E nesse ensejo sublinha o autor Tcherno Djaló (2013) que o período das expedições militares comandadas por Teixeira Pinto é considerado como o mais sangrento da história colonial da Guiné, e que apesar da ausência da confirmação dos números, estima-se que entre 1913-1915 morreram entre 5000 a 10 000 pessoas vítimas de suas ações e dos seus aliados (DJALÓ, 2013, p. 228).

Numa jogada estratégica com intuito de aplicar um golpe psicológico aos nativos, Teixeira Pinto intenciona ocupar Oio que era considerada como sendo uma das regiões mais hostil aos portugueses, e apesar de ser esta a intensão, as suas atividades militares na Guiné foram começadas nas ilhas de Bijagós. E em Março-Abril de 1913 segue-se com a campanha contra os Balantas de Mansoa, contra os Soninquês do Oio em Abril-Maio, contra os Manjacos e os Balantas ocidentais em (2 de Janeiro-10 de Abril de 1914), contra os Mancanhas e os Balantas do oeste em Janeiro de 1914 (PÉLISSIER, 1989, p. 144).

De acordo com Mendy (1994), Teixeira Pinto embarcou para Lisboa após a pacificação dos Balantas para enfrentar uma campanha dirigida contra a sua pessoa por oficiais e colonos portugueses e cabo-verdianos que contestavam o modo como ele dirigia as expedições militares para a pacificação, assim como as funções que o Abdul Injai estava desempenhando nas operações, e ainda a Liga guineense que era composta por funcionários coloniais e comerciantes fez um esforço para evitar a guerra enviando uma delegação a Lisboa para informar o Ministro da colônia que os “gentios” de Bissau queriam paz, mas constantemente estavam sendo provocados para a guerra, e esse esforço não foi feita do ponto de vista anticolonial, mas sim para evitar os prejuízos econômicos e comerciais que iriam advir de um conflito armado contra os papéis, no entanto, o mesmo autor acrescenta ainda que Teixeira Pinto juntamente com o governador Oliveira Duque que tinha perdido o seu filho na campanha de 1908 contra os papéis da ilha de Bissau defendia vivamente as ações do Abdul Injai e seus mercenários em termos de exigência para a pacificação. (MENDY, 1994, p. 240, 241). E numa justificativa para a pacificação, ou seja, para a guerra contra os Papéis, Teixeira Pinto argumenta que:

[...] é necessário fazer, custe o que custar, pois é deprimente para nós que no primeiro posto da província onde vão vapores estrangeiros nós só dominemos dentro dos muros da praça.

[...] a insolência e “atrevimento” dos “gentios” Papéis era tal que, quando passavam na rua por um branco da praça de Bissau em lugar de se afastarem, pelo contrário esbarravam com o europeu e, com um encontrão, afastavam-no.

[...] se um branco se aventurava fora das muralhas da praça, logo a cem metros, era frequente encontrar um Papel que lhe dizia para voltar para vila porque aquele chão não era do Governo – era deles (MENDY, 1994, p.241).

“Depois de convencer as autoridade de Lisboa sobre a necessidade e da urgência da pacificação, ao voltar para Bissau Teixeira Pinto obteve dois canhões e uma quantidade significativa de munições”, e ao chegar a Bissau começou a preparar para a guerra que viria a ser declarada oficialmente pelo governador Oliveira Duarte no dia 13 de Maio de 1915 com a justificativa de que havia sido esgotado todas as possibilidades de negociações para que a guerra contra os papéis fosse evitada, e na sequência disso foi declarado o estado de sítio em toda a ilha de Bissau para evidenciar à gravidade do assunto (MENDY, 1994, p. 242).

René Pêlissier (1989) destaca que depois da declaração da guerra, seguiu-se com a composição com a coluna para a operação contra os papéis e os grumetes revoltados, e uma vez sabendo que com essas preparações a guerra seria inevitável, e pela reputação e prestígio de vitória que os papéis possuem em combate de campo raso poderia ter sido motivo pela qual uma parte da população de Bissau abandona a cidade e tendo uma parcela dos comerciantes estrangeiros fechado as suas loja e refugiando para Bolama, e acrescenta que a hostilidades começaram a 29 e 30 de Maio, mas as coisas sérias só começaram no dia 31 de Maio do mesmo ano, e que se os papéis realmente quisessem a guerra na verdade poderiam ter tomado a cidade de Bissau uma vez que a maior percentagem da coluna composta por centenas de auxiliares e mais os 1600 homens de Abdul Injai encontravam-se em Nhacra. (PÉLISSIER, 1989, p. 170, 171).

O mesmo autor salienta ainda que a guerra começou dois dias antes de entrar para Bissau a força portuguesa que se encontrava em Nhacra que estava prevista para o dia 3 de junho, os papéis-grumetes atacaram os irregulares que tinham afastado da praça, após um intenso combate, Teixeira Pinto e seus aliados que sofreram baixas conseguiram reconquistar a colina de Intim que por pouco seria tomada pelos papéis-grumetes, segundo o autor este confronto ocorrido na cidade gerou um pânico que levou muitos civis a embarcarem ou a refugiarem-se na fortaleza da praça, por outro, do lado dos papéis-grumetes o choque também foi terrível tendo saído do combate com um considerável número de mortos e feridos. Para evitar os erros cometidos pelas forças portuguesas que só atacavam uma vez e voltavam para casa, Teixeira Pinto dois dias depois do ataque dos papéis-grumetes monta artilharia contra Bandim e Intim, depois disso 1500 homens incluindo um contingente Fula e mais Abdul Injai que cobriu Antula desceram para combate, os papéis-grumetes abriram fogo resistindo, sendo

derrotados voltaram a fazer um ataque dois dias depois o que acampamento das forças portuguesas que culminou numa derrota com uma baixa considerável (PÉLISSIER, 1989, p. 172, 173). Após a queda de Bandim e Intim a coluna dirigiu-se para a aldeia de Antula no dia 7 de Junho de 1915.

Segundo Mendy (1994), antes da coluna começar a marcha para Antula, primeiramente foram feitos bombardeamentos a partir do posto militar de Nhacra e do posto de fortaleza de São José para facilitar a marcha da coluna, com a intenção de enfraquecer o adversário antes do confronto direto, os bombardeamentos causaram mortes de muitas pessoas incluindo a destruição de propriedades, ressalta o autor que mesmo com pesadas baixas os papéis conseguiram resistir causando também algumas baixas para força portuguesa, como o plano de bombardeamento havia surtido efeito, a artilharia pesada da fortaleza de São José de novo abriu fogo quando a coluna preparava-se para marchar sobre Antula na manhã do dia seguinte, com o efeito do bombardeamento quando a coluna chegou em Antula encontraram uma resistência fraca, sendo Antula conquistada sem nenhum morte e ferido da força portuguesa, a queda de Antula causou uma crise moral para todos os papéis da ilha de Bissau, uma vez que ela representava o centro dos papéis porque os portugueses nunca haviam posto pés antes (MENDY, 1994 p. 244). E depois de Antula a coluna seguiu-se marchando para Safim situada a 16 km a norte da praça de Bissau.

“A marcha para Safim começou no dia 11 de Junho de 1915, a coluna encontrou uma forte resistência nas aldeias de Cuja e Jal (Djal) onde a coluna sofreu a baixa incluindo o comandante Teixeira Pinto que também foi atingido”, e que devido a gravidade do seu ferimento teve que deixar o campo de batalha a fim de fazer um tratamento mais adequado. A coluna agora sob o comando do tenente Henrique Alberto de Sousa Guerra seguiu-se dirigindo para Safim que ao chegarem acamparam dois dias sem problemas, e com a chegada de reforço de 400 homens sob Abdul Injai, foram designados 200 auxiliares para capturar o baluarte Papel de Entoche onde foi encontrado uma grande resistência que resultou na morte de mais de homens e dez feridos, mas mesmo com essas perdas a coluna conseguiu derrotar os papéis e Safim foi conquistada. Depois de Safim a coluna seguiu-se abrindo ofensivas contra Bor, e Cumtumo (Cuntum) onde apesar da resistência os papéis dessas aldeias foram derrotados mais tarde, tendo assim toda ilha de Bissau pacificada. Depois disso, mesmo com Bissau pacificada, a coluna continuou marchando seguindo-se para Bissalanca e Bijemita onde também a coluna saiu vitoriosa após de uma forte resistência (MENDY, 1994, p. 245).

Depois dessas conquistas, Teixeira Pinto que encontrava-se ausente nas batalhas devido razões acima referidas volta a assumir o comando da coluna no dia 2 de Julho de 1915 ao se juntar a coluna que se encontrava acampado em Bor onde uma semana depois iniciou-se a marcha para Biombo, começando pela aldeia dos papéis de Cumura, depois Cussete (Quissete), e depois Quinhamel, Tor e por último Biombo (MENDY, 1994, p. 246, 247, 248, 249). Com a queda de Biombo, a coluna regressou para Bissau no dia 26 de Julho de 1915 tendo assim pacificado todo o território da parte continental da Guiné-Bissau e a parte insular só veio a ser totalmente pacificada em 1935-1936.

6.4. FRACASSO DA RESISTÊNCIA DA ETNIA PAPEL EM BISSAU E CONSOLIDAÇÃO DA DOMINAÇÃO COLONIAL

Não obstante do fracasso das resistências desencadeadas pelas outras etnias contra a dominação portuguesa, a resistência papel também teve o seu fracasso, iremos elencar nesta subseção alguns aspetos que fracassaram a resistência papel. De acordo com Mendy, (1994), a conquista militar dos “gentios” na Guiné-Portuguesa, atual Guiné-Bissau, foi possível em grande parte pela superioridade do armamento e número de contingentes, os portugueses tinham acesso ao armamento moderno e eficiente, o que fez com que houvesse a colaboração de alguns africanos que além de beneficiar os portugueses com uma força numérica de soldados, colocavam também a sua disposição o conhecimento das condições locais o que constituía mais uma vantagem para os portugueses, ressalta ainda o autor que os resistentes não tinham acesso à esses armamentos modernos, e além do mais, estes já haviam sido privados de comprar armas a partir das deliberações da Conferência de Bruxelas de 1890, que proibiam a venda de arma de fogo aos africanos, e uma vez privados desses meios modernos de guerra, os “gentios”, ou seja, os nativos tiveram que enfrentar os invasores que possuíam canhões e metralhadoras com espingardas pederneira que levava muito tempo para carregar depois do disparo, e outras armas tradicionais como flechas, lanças, espadas e setas (MENDY, 1994, p.422).

Nesse ensejo o mesmo autor frisa ainda que a derrota dos papéis assim como das demais etnias foi facilitada pelas suas organizações sócio-políticas e militares, pelas suas táticas de combate, também pela questão de que nenhuma das sociedades envolvidas na resistência não possuíam um exército estabelecido.

Um fato crucial também que esteve na derrota dos Papéis é a falta de unidade entre os povos das aldeias da ilha de Bissau, ou seja, estes nunca chegaram a formar uma frente única para combater os portugueses, ora se nunca houve uma unidade entre povos das diferentes (tabancas) aldeias mas da mesma etnia, muitos menos haveria uma unidade multiétnica num plano maior que possibilitasse uma resistência nacional e não étnica como o autor salienta:

Além disso, os vários grupos nunca conseguiram formar uma aliança que forçasse os portugueses a combater em diversas frentes ao mesmo tempo. Na realidade, quando foi lançada a campanha contra os Papéis, os Manjacos, um grupo com estreita afinidade com esses, sentiram que a disputa não lhes dizia respeito. Quando a campanha era contra os Balantas, cada tabanca era responsável pela sua própria defesa, acorrendo as outras em auxílio apenas ocasionalmente.

Por outras palavras, não existia uma unidade multiétnica e consciencialização de uma luta comum contra um inimigo comum (MENDY, 1994, p.423).

7. METODOLOGIA

O objetivo do nosso trabalho é estudar um fenômeno que ocorreu com um determinado grupo étnico num determinado período, e tendo em conta o seu caráter, iremos trabalhar com o método qualitativo como sendo o método adequado para o estudo proposto, que de acordo com Victora e Hassen (2000), o método qualitativo busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre em um pequeno grupo, e salienta ainda Creswell (2007), que o método qualitativo é um processo investigativo que objetiva interpretar uma determinada situação social, acontecimento, papel, grupo ou interação.

Por ser o nosso trabalho um estudo de caso, isto é, porque possui caráter descritiva será conduzida de modo a permitir maior interação com o problema a ser estudado, a pesquisa é do tipo bibliográfico que segundo Lakatos e Marconi, (2010) é a pesquisa que abrange toda literatura já existente em relação ao tema proposto para o estudo, a nossa coleta de dados será feita a partir da leitura de documentos: arquivos, livros, teses, pesquisas, artigos etc. o que faz do nosso trabalho também ser uma pesquisa documental de acordo com as mesmas autoras (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 166).

A análise dos dados será feita a partir da verificação e examinação dos documentos coletados que de acordo com Creswell é um processo que consiste em extrair o sentido do texto a fim de fazer a sua interpretação do seu sentido numa forma mais ampla. (CRESWELL, 2007, p. 194).

REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do Escombros**, (nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau). Rio de Janeiro, Garamond Ltda, 2007.
- BARRY, Boubacar. **A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX: Em defesa de uma história subregional da Senegâmbia**. Soronda 09, p. 3-21, 1990.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau versus Guiné-Portuguesa: A Luta de Libertação nacional e o Projeto Da Construção do Estado Guineense**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2zuwYjH>. Acesso em 10 de Março de 2019
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **GUINÉ-BISSAU: Da Luta Armada a Construção Do Estado Nacional - Conexões entre o Discurso De Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)**. Salvador, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2EQ1xTN>. Acesso em 10 de Março de 2019
- CRESWELL, John. W, **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha- 2ª ed. – Porto Alegre, Artmed, 2007.
- DJALÓ, Tchernó. **O Mestiço e o Poder**, (identidades, dominações e resistências na Guiné). 2.ª ed. Lisboa, Nova Veja e Autor, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **III Recenseamento geral da População e Habitação (2008) Características Socioculturais**, Bissau, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2F1ggwu>. Acesso em 10 de Março de 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. Ed – São Paulo: Atlas, 2010.
- LOPES, Carlos. **O Kaabu e os seus vizinhos: Uma Leitura Espacial e Histórica Explicativa de Conflitos**. Afro-Asia, p. 9-28, 2005.
- LY-, Tall. **O Declínio do Império de Mali**. História geral da África, IV: África do século XII ao XVI / editado por Djibril Tamsir Niane. ed.2 rev.2 – Brasília: UNESCO, p. 896-209, 2010.
- MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo Português em África: a Transição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. 1994.
- PAIGC. **História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde**, Porto, Edições Afrontamento, 1974.
- PÊLISSIER, René. **História da Guiné: portugueses e africanos na senegâmbia (1841-1936)**. Volume II, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.

VICTORA, C. G.; KNAUTH. D. R.; e HASSEN. Ma. De. N. A. **Metodologias Qualitativa e Quantitativa in - Pesquisa Qualitativa em Saúde** – Uma Introdução ao Tema, Cap. 3, p. 33-44. Tomo Editorial, 2000.